

Paiakan, líder Kayapó: assassinado pelo Estado brasileiro Paiakan, Kayapó leadership: murdered by the Brazilian State

William César Lopes Domingues 

Universidade Federal do Pará. Altamira, Pará, Brasil

Resumo: Este texto apresenta memórias acerca de Paulinho Paiakan, liderança indígena Kayapó que esteve em atividade por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte de 1988, o qual muito ensinou a mim e aos meus parentes. Relembro conversas, conselhos e sua atuação nos movimentos indígenas. Líder massacrado pela sociedade não indígena, acusado de crime que jamais foi comprovado. Morto pela COVID-19, vítima de mais um massacre produzido pelo negacionismo que ceifou muitas vidas, dada a falta de atendimento adequado em territórios indígenas.

Palavras-chave: Paulinho Paiakan. Liderança Kayapó. Movimento indígena. Morte em vida.

Abstract: This text recalls the memories of Paulinho Paiakan, a Kayapó Indigenous leader who played an active role during Brazil's 1988 Constitutional Assembly and who taught me and my relatives so much. I remember our conversations, his advice, and his tireless participation in Indigenous movements. A leader devastated by non-Indigenous society, he was accused of a crime that was never proven. He died of COVID-19, yet another massacre caused by denialism, which claimed countless Indigenous lives as a result of inadequate healthcare in their territories.

Keywords: Paulinho Paiakan. Kayapó leader. Indigenous movement. Living death.

Domingues, W. C. L. (2025). Paiakan, líder Kayapó: assassinado pelo Estado brasileiro. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 20(3), e20250019. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2025-0019

Autor para correspondência: William César Domingues. Universidade Federal do Pará. Campus de Altamira. R. Cel. José Porfirio, 030, Recreio. Altamira, PA, Brasil. CEP 68370-000 (williamcesar@ufpa.br).

Recebido em 15/02/2025

Aprovado em 08/10/2025

Responsabilidade editorial: Claudia Leonor López-Garcés



Escrever sobre personalidades indígenas do Brasil é uma tarefa loteada de dificuldades, seja o autor indígena, como é o meu caso, ou não, como é o caso de muitos parceiros que escreveram outros textos comigo. A principal dessas dificuldades é o próprio processo civilizatório, ainda em curso no Brasil, que historicamente tem norteado a produção de biografia sobre essas personalidades, não permitindo que sejam produzidos materiais sobre elas, a menos que estejam alinhados com os interesses coloniais de desumanização desses sujeitos. A essa dificuldade, podemos acrescentar o mecanismo de ‘maculação’ das trajetórias pessoais e sociais dessas pessoas, que visa lhes desqualificar para invalidar as denúncias que, via de regra, trazem em seus discursos as ações e inações do Estado sobre os direitos coletivos. E, por fim, há o fato de esses sujeitos indígenas terem de atender aos estereótipos coloniais do que deveria ser um sujeito indígena merecedor de uma biografia, e nenhum de nós jamais atenderia a esses estereótipos.

Dito isso, fica posta a falta de fontes bibliográficas sérias e o viés colonial de algumas publicações, sobretudo em veículos de imprensa do período dos estertores finais da ditadura no Brasil, bem como a falta de confiança de nossos parentes em interlocutores não indígenas, a ponto de não lhes confiar as histórias e o testemunho daqueles que foram e que são até hoje nossos mestres. Considerando isso, a escrita desse trabalho foi possível, em parte, graças à confiança dos parentes que compartilharam comigo a oportunidade histórica e dialética de conviver e aprender com o próprio sujeito, em um período fundamental para a construção e a garantia de direitos fundamentais para nós, indígenas.

Paulinho Paiakan nasceu na aldeia Kubékrakéj, no hoje município de Altamira, no Pará, supostamente em 1953. Nasceu Bepkororoti e só bem mais tarde recebeu o apelido de Paiakan. Era filho do cacique Tchikirí, que foi um dos fundadores da aldeia A'ukre e com quem Paiakan aprendeu a liderar o seu povo. Participou do contato com parte de sua comunidade, que ainda se encontrava em

isolamento voluntário, trazendo-os para o convívio com os *kúben* (brancos), que é como os Kayapó denominam os não indígenas, considerando-se que se encontravam em risco em razão da proximidade com as frentes de expansão colonial.

No final da década de 1970, deslocou-se para Altamira para atuar nas ‘frentes de atração’, empreendidas pela Fundação Nacional do Índio, hoje, Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), com o intuito de contatar e ‘amansar’ os povos indígenas da região, chamados à época de ‘isolados’ e que se insurgiam contra os construtores da rodovia Transamazônica, que ‘grassava’ os seus territórios, o que, de fato, significava violência e morte para esses povos. Em Altamira, atuou nos contatos dos povos Arara, Kayapó/Kararaô e Asurini do Xingu. Contactados pelos padres Anton e Karl Luckesh em 1971, os Asurini do Xingu passaram imediatamente a ser assistidos pela FUNAI. Bepkororoti viveu com eles no período logo após o contato, experiência que, mais tarde, acabou por nos aproximar.

Em meados da década de 1990, Bepkororoti aparece no cenário nacional durante a efervescência ocasionada pelas eleições diretas e pelo processo de elaboração de uma nova constituição nacional, junto com seus parentes Kayapó, Raoní, Pombo, Megaron, Akjabor, Kube'i, Aibi, e parentes de diversas outras etnias, como Celestino Xavante, Álvaro Tukano, Chicão Xukuru, Ailton Krenak, além de diversos outros líderes. Bepkororoti protagonizou a inclusão dos artigos 231 e 232 na Constituição Federal de 1988, que nos garantiu o direito de continuar existindo enquanto povos culturalmente distintos e o direito originário sobre os territórios que ocupávamos (Brasil, 1988).

Um ano depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, o governo federal anunciou que iria construir a hidrelétrica de Kararaô na região do médio Xingu, em Altamira, a qual atingiria de forma desastrosa os territórios daqueles parentes que ele havia conhecido durante o seu processo de contato forçado com a sociedade ocidental, os Arara, os Kayapó Kararaô e os



Asurini do Xingu, e junto com eles os demais povos indígenas da região. Seria necessária uma grande mobilização para parar o empreendimento.

Naquele tempo, ele tinha amealhado grande experiência de mobilização, adquirida nas lutas e mobilizações sociais dos Kayapó contra os garimpos ilegais e a exploração madeireira ilegal em seus territórios. Esse poder de mobilização tinha sido fundamental em seu importante papel na constituinte, organizando a todos nós, guerreiros de diversas etnias, que nos encontrávamos mobilizados em Brasília, mas sem papel de destaque ou de liderança. Bepkororoti era um grande orador, argumentava de forma clara e sucinta não apenas em sua língua materna, mas também em português, o que foi fundamental na articulação de todos nós durante a constituinte, em Brasília, num momento político em que seu tio Raoni decidiu não utilizar mais a língua portuguesa em suas relações com o Estado brasileiro e a sociedade ocidental.

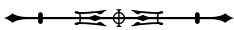
Ele não se furtou ao papel de grande liderança indígena do estado do Pará e organizou o Primeiro Encontro dos Povos Indígenas, em Altamira, com o intuito de manifestar a contrariedade de nossos povos em relação à construção da Usina Hidrelétrica de Kararaô-Babaquara. O encontro reuniu povos indígenas de todos os biomas brasileiros em um cenário de guerra na emergente Altamira do final da década de 1980.

Pecuaristas, madeireiros, garimpeiros, comerciantes e grileiros de terras públicas, financiados por empreiteiras interessadas na construção da hidrelétrica, mobilizaram-se nas ruas da cidade contra os povos indígenas, seus aliados e os movimentados sociais que lutavam pela sobrevivência na Transamazônica. Contudo, seus esforços foram frustrados à medida que nós conseguimos entender a necessidade de nos unirmos, enquanto povos indígenas, para não sucumbirmos diante dos megaprojetos de desenvolvimento, pensados para nossos territórios sem considerar a nossa existência. Bepkororoti foi um dos principais artífices e interlocutores desse discurso de unidade dos povos da floresta.

O encontro gerou a cena icônica na qual sua prima Tuíre esfregou um facão no rosto de um engenheiro da Eletronorte, e o “Grito de Kararaô” conseguiu adiar o desastre anunciado do barramento do rio Xingu. Bepkororoti tornou-se, então, conhecido mundialmente, à altura já chamado de Paulinho Paiakan. A sua militância pela manutenção da floresta ganhou o apoio de importantes personalidades, como o cantor Sting e o pesquisador Darrel Posey.

Paiakan contribuiu de forma significativa para a construção dos conceitos de ecologia política e etnoecologia. Foi um dos fundadores da Associação Floresta Protegida (AFP), na década de 1990, e, mais recentemente, da Federação dos Povos Indígenas do Estado do Pará (FEPIPA), da qual foi o primeiro presidente. Teve atuação destacada na defesa da floresta e da soberania dos povos indígenas sobre seus territórios, ressaltando a prevalência dos sistemas jurídicos e constitucionais nativos sobre os ocidentais e ajudando a aprimorar a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Foi também um importante articulador em nossas ações contra o marco temporal e a revitalização da FUNAI. Foi um dos criadores, juntamente com Ailton Krenak e Chico Mendes, da Aliança dos Povos da Floresta, iniciativa que tinha entre suas premissas a necessidade de valorizar as epistemologias indígenas e dos povos da floresta, visando descolonizar a relação da humanidade com a natureza – relação esta que, historicamente, desconsidera que a própria humanidade é parte integrante dela.

Paiakan era casado com Irekran e tinha três filhas, O'é, Maial e Tânia. Sua crença na necessidade de haver uma educação de qualidade para dialogar com os *kúben* (brancos) fez com que se mudasse para a cidade de Redenção, no estado do Pará, para dar a suas filhas a oportunidade de estudar, o que fez com relativo êxito, considerando que conseguiu formá-las no ensino superior. Andava sempre com sua esposa e com suas filhas, quando a escola permitia, nos acampamentos e nas mobilizações. Irekran sempre estava com ele, pintando os guerreiros e apresentando seus belos artesanatos em miçanga.



No início da década de 1990, Paiakan era considerado uma das figuras políticas indígenas mais influentes e importantes do mundo. A sua luta pela preservação da natureza e pelos direitos do nosso povo, em geral, o colocava em rota de colisão com o Estado brasileiro, expondo o Estado a situações internacionais vexatórias por descumprimento de preceitos fundamentais relacionados aos nossos direitos.

Paiakan denunciava a exploração ilegal de ouro e madeira em terras indígenas, prática feita com a conivência ou inação do Estado, o que gerava cobranças incômodas ao país em organismos internacionais e mobilizava a opinião pública contra o Estado. Nos bastidores do poder, frequentado pelas velhas figuras da ditadura, ainda na ativa, corria à boca miúda que era preciso parar Paiakan.

Em 1992, ano da realização da histórica conferência climática da ECO-92, Paiakan e Irekran foram acusados de agredir e estuprar uma estudante universitária em Redenção. Ele, em especial, passou a frequentar as capas e páginas principais dos maiores veículos de comunicação do país. Um ano antes, ele, Raoni e Kube'i haviam conseguido que fossem demarcadas as terras indígenas do povo Kayapó no oeste do estado do Pará. Paiakan e Irekran foram inocentados em primeira instância. Ele sempre negou a acusação, mas a justiça do estado do Pará os condenou à prisão. Com isso, Paiakan e Irekran se refugiaram no interior da Terra Indígena (TI) Kayapó, e seu povo passou a resistir à possibilidade de que Paiakan fosse retirado de sua terra para ser encarcerado. O fato representava a 'morte social' do grande líder para os movimentos indígenas.

Isso marcou um afastamento longo e doloroso de Paiakan em relação a todos nós, seus parentes, que aprendímos avidamente com ele as importantes lições sobre coexistência pacífica, união e respeito. Em primeira instância, ele e Irekran foram inocentados, mas foram condenados em segunda instância, dizem os parentes, pelo mesmo juiz que inocentou alguns dos perpetradores da chacina na curva do 'S', no caso de Eldorado dos Carajás.

Depois disso, encontramo-nos novamente à época das mobilizações de nosso povo contra a construção da

Usina Hidrelétrica de Belo Monte, o novo nome que deram à velha ideia de Kararaô. Dessa vez, a organização do evento era nossa e o nosso mestre não deu de ombros ao convite, fazendo-se presente e seguindo com os ensinamentos sobre convivência pacífica, união e respeito, mesmo sabendo que as armas dos inimigos da floresta e do bem-viver haviam se sofisticado com os anos. Ele seguia acreditando piamente que nossa união era uma arma formidável para vencer a sanha autodestrutiva dos *kúben* (brancos) porque consideravam que, destruindo os rios e as matas, destruiriam a todos nós, talvez mais por desconhecimento do que por maldade.

Nos momentos em que tínhamos a oportunidade de conversar de forma mais particular, sem a multidão de pessoas aleatórias que costumavam cercá-lo, para além dos parentes, Paiakan me dizia saber que nosso povo teria tempos difíceis pela frente, porque a ganância dos ocidentais havia crescido e eles haviam perdido o controle sobre ela. Dizia que nossa geração teria um papel muito importante, porque nós tínhamos convivido com os grandes líderes de nosso povo, que estavam desaparecendo. Dizia também que aprendemos com eles e, diferentemente, tivemos a oportunidade de estudar e aprender sobre o mundo dos *kúben* (brancos) e que o nosso maior desafio ainda era o mesmo que eles tinham naquele tempo, manter o nosso povo unido.

Numa audiência pública sobre a construção de Belo Monte, em Altamira, após um deputado governista e um de oposição se engalfinharem pela paternidade do projeto, Paiakan nos conduziu, com muita sabedoria, para fora da audiência e de um conflito planejado para que fôssemos considerados os culpados pelos entraves impostos ao início da obra. Naquela ocasião, ele me confessou que tinha percebido que dessa vez nós seríamos derrotados, como, de fato, fomos, e que eu teria de ajudar a reorganizar nosso povo depois de tudo, porque ia ser muito difícil para nós. De fato, tem sido difícil reorganizar a vida depois do barramento do rio Xingu, que monopolizou nossas vidas em torno das ações e inações da empresa construtora da barragem e de seu malfadado projeto de mitigação de impactos.



No início do governo resultante do golpe de Michel Temer, tivemos mais uma etapa de luta juntos. Temer nomeou um secretário ligado aos ruralistas de Mato Grosso do Sul para gerir a SESAI, e as pessoas que esse secretário trouxe para a gestão, antigos servidores da SESAI no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, estavam compromissadas com a nomeação de um general do estado do Amazonas para assumir a FUNAI. Com essa tarefa, e para cumprir as definições do governo, as referidas pessoas trataram de deslegitimar o controle social da saúde indígena, desrespeitando o Fórum de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena (CONDISI), o qual eu ajudava a coordenar. Então, para alcançarem seus objetivos, convocaram um colegiado de parentes indígenas notáveis, contando com Paiakan, Raoní e Kopenawa, entre outros líderes, e, após algumas reuniões com eles, acreditaram que era o momento de nos reunir para que nossos ilustres nos fizessem passar vergonha, pelo menos era isso o que esperavam.

Armaram uma reunião no Ministério da Saúde (MS) para que saíssemos dali para outra reunião, dessa vez no Palácio do Planalto, pedindo a nomeação do general para a presidência da FUNAI.

Em meio às dificuldades, foi um momento para matar saudades e nos reunirmos e contar histórias, reforçando afetos. Longe de nos contrapormos uns aos outros, nos unimos, todos, para apoiar, não o general indicado, supostamente indígena, mas nosso parente Sabá Haji Manchineru. Assim, frustramos os planos do desgoverno de conseguir restituir o controle social, e nossos notáveis seguiram perto de nós, uma vez que resolvemos incluir ao Fórum de Presidentes de CONDISI os representantes de nossas organizações indígenas. Paiakan estava entusiasmado com esse processo, porque via nele a possibilidade de constituirmos um ponto de interseção, abrindo possibilidades de construção de unidade e bem-viver entre nossos parentes a partir da atenção à saúde indígena.

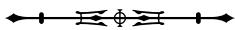
Por fim, fomos todos atingidos de forma violenta e inesperada pela pandemia de COVID-19. Como eu tinha

uma casa na cidade de Altamira, optei por permanecer na cidade com minha família, em isolamento, organizando uma rede de apoio e de informações para os parentes que estavam nas aldeias. Conseguimos cestas básicas, fizemos máscaras, álcool em gel e kits para higiene das mãos, e também traduzimos cartilhas de cuidados e materiais informativos sobre COVID-19 para a língua materna dos parentes, mas, nesse processo, infelizmente, contraí o vírus da COVID-19. Enfermo e sem vagas nos hospitais locais, falei pela última vez com meu amigo e mestre. Ele estava com viagem marcada para a aldeia nos próximos dias, tínhamos uma entrevista agendada, para a produção de minha tese de doutorado em Antropologia, que versava sobre a saúde indígena no Brasil (Domingues, 2022). Desejou-me melhorias e disse que eu precisava me cuidar para seguir com a tarefa que tínhamos iniciado e que ainda havia muito o que fazer.

Dois dias depois, acompanhei o drama que envolveu as idas e vindas para sua remoção a Belém, e que culminaram com seu encantamento, por conta da mesma doença contra a qual eu ainda lutava, agora com pouca esperança e mais abalado ainda. A COVID-19 assassinou Paiakan pela segunda vez, agora fisicamente. Entretanto, seus ensinamentos permanecem vivos entre os povos indígenas.

Paiakan foi a liderança indígena mais importante do estado do Pará e uma das mais proeminentes de nosso país, por sua sabedoria, sua capacidade de mobilização, sua inteligência aguçada e seu pensamento vanguardista de que nosso bem-viver só pode ser construído a partir da convivência pacífica e que, sem a floresta preservada, a vida da própria humanidade não é sustentável, porque todos nós somos essencialmente natureza.

Descanse em paz, grande mestre, amigo, pai, marido, irmão, guerreiro do povo indígena brasileiro, que se encantou, foi morar no céu dos indígenas, unido com todas as forças de nossos encantados dos rios e das florestas. E que nós, que aprendemos 'de ti' por te ouvirmos tantas vezes, busquemos sempre a união de nosso povo em busca do bem-viver.



REFERÊNCIAS

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

Domingues, W. C. L. (2022). *Entre ouvir e escutar: uma história da saúde indígena no Brasil* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará].

DADOS DA PESQUISA

Os dados não foram depositados em repositório.

PREPRINT

Não foi publicado em repositório.

AVALIAÇÃO POR PARES

Avaliação duplo-cega, fechada.

